



MARCAS DE GÊNERO, IDENTIDADE E INTERCULTURALIDADE NA INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Silvana Nicoloso¹
Viviane Maria Heberle²

Neste texto procuraremos desenvolver algumas reflexões a respeito de questões que envolvem o intérprete de língua de sinais, marcas de gênero, identidade e interculturalidade fazendo um elo com as aprendizagens e conhecimentos que adquirimos ao longo dos debates sobre os Estudos Culturais, os Estudos Surdos, os Estudos da Tradução e os Estudos de Gênero.

Para iniciar nossas discussões em torno do assunto é interessante pontuar alguns temas que desafiam os estudos no campo da intercultura como, por exemplo, a globalização (o mundo globalizado) e os conflitos entre grupos sociais de diferentes culturas. A globalização atua fortemente sobre as concepções de mundo, sociedade e cultura, estabelecendo relações de poder e modificando hábitos e costumes anteriormente aceitos e assumidos pelos povos; conduz ao pensamento de massa e padroniza determinados comportamentos. A globalização aproxima os povos, os contatos, as relações elegendo, às vezes, uma cultura e um povo como referência, sendo que este fato pode criar uma relação de “mal estar” sobre as outras culturas que não seguem o mesmo padrão, evoluindo, assim, para iniciativas de movimentos de resistência, como é o caso da luta pelos direitos humanos e, mais especificamente, a luta dos surdos em defesa de sua cultura, sua língua, sua identidade, sua educação, enfim, a luta pelos seus direitos. Dentre esses direitos encontra-se a acessibilidade a informação, a qual é adquirida através da presença do intérprete de língua de sinais.

Segundo Fleuri (2005:01):

Em todos estes movimentos sociais e educacionais que propõem a convivência democrática entre diferentes grupos e culturas, no âmbito nacional e internacional, assim como a busca de construir referenciais epistemológicos pertinentes, o trabalho intercultural pretende contribuir para superar tanto a atitude de medo como a indiferente tolerância frente ao “outro” construindo uma disponibilidade para a leitura positiva da pluralidade social e cultural. Trata-se, na realidade, de um novo ponto de vista baseado no respeito à diferença que se concretiza no reconhecimento da igualdade de direitos. Tal perspectiva configura uma proposta de “educação para a alteridade”, aos direitos do outro, a igualdade de dignidade e oportunidades, uma proposta democrática ampla [...].

Sem dúvida, o problema do encontro e do conflito entre culturas não é recente. O fato de haver uma imposição de uma cultura sobre a outra, elegendo-a como modelo, como única, universal, automaticamente remete as outras culturas para a posição de subalternas. Fazendo uso

¹ Doutoranda em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

² Doutorado em Letras (Inglês e Literatura Correspondente) pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil (1997).



das palavras de Fleuri (2005:03) “deste ponto de vista, todas as outras culturas são consideradas inferiores, menos evoluídas, justificando-se assim, o processo de colonização cultural”. Estas situações resultam em desigualdades sociais e em processos de marginalização. Esses processos são percebidos claramente nas relações entre a cultura surda e a cultura ouvinte, sendo que esta última exerce o papel de colonizadora, dominante, superior e única.

A cultura surda vem sendo fortalecida através da luta das comunidades surdas pelo respeito e valorização a sua diferença, pela aceitação de sua língua de sinais, sua identidade, sua experiência visual com o mundo, pelo direito ao intérprete de língua de sinais, porém esta luta embora antiga, ainda enfrenta muitas barreiras. É difícil a aceitação da sociedade (em que a maioria é ouvinte) ao reconhecimento da cultura surda enquanto uma outra cultura, uma cultura própria, diferente da cultura ouvinte. No entanto, os estudos interculturais podem, e muito, contribuir para uma mudança de concepção, para num novo olhar.

Para Silva (2005:41-42):

A noção de interculturalidade, além de expressar a coesão étnica de um grupo social, proporcionando condições para o fortalecimento da identidade cultural, vai também estimular a aquisição do conhecimento cultural de outros povos [...] Das preocupações marcadamente lingüísticas, características da educação bicultural e bilíngue, a interculturalidade passa a considerar o contexto sociocultural [...].

Neste sentido, o intérprete de língua de sinais na sua relação sociointercultural com o surdo passa por uma determinada situação de conflito, conflito este que atua sobre sua identidade e influencia sua construção do “eu”, sofrendo constantemente interferência do outro contexto vivenciado. Este fato acontece porque grande parte dos intérpretes convive, predominantemente, com pessoas ouvintes e são filhos de ouvintes, sendo relevante considerar, porém, que alguns têm familiares surdos. Eles atuam num ambiente cultural diferente do habitualmente vivenciado no seu dia a dia, com uma língua própria de outra cultura. O lugar, o espaço do intérprete neste ambiente acontece, em alguns momentos, de maneira conflitante, difícil e embaraçosa. Ele se coloca na fronteira entre as duas culturas e as duas línguas em contato, está nos “entre lugares”. Fleuri (2005) salienta que além de uma compreensão rígida, hierarquizante, disciplinar, normatizadora da diversidade cultural, surge o campo híbrido, fluído, polissêmico, ao mesmo tempo trágico e promissor da diferença, que se constitui nos entre lugares e nas intervenções das enunciações de deferentes sujeitos e identidades socioculturais.

É relevante considerar que o intérprete de língua de sinais vive na fronteira entre dois mundos, ou seja, o mundo dos ouvintes e o mundo dos surdos. Eles não podem negar os laços afetivos, sanguíneos, hereditários e também culturais da família a qual pertencem e convivem cotidianamente. Por outro lado, quando em contato com o povo surdo novos laços são criados,



existe uma certa identificação, visto que compartilham a mesma língua e a mesma cultura. Esta situação de hibridismo na qual o intérprete se encontra e as influências que recebe da cultura surda, às vezes, torna-se desconfortável, sugerindo uma sensação de estrangeirismo.

Contudo, pode-se perceber que ambas as culturas são importantes e cada uma tem o seu valor. Não existe uma cultura melhor ou pior que a outra, mas sim culturas diferentes que devem ser aceitas e respeitadas como tais. Neste sentido Fleuri (2005:05) relata que “os processos de educação popular desenvolvidos principalmente a partir dos movimentos sociais têm contribuído significativamente para o reconhecimento e valorização das culturas dos diferentes grupos sociais subalternos e excluídos”. O autor também comenta que estudos recentes desenvolvidos no mundo todo apontam para uma compreensão do hibridismo e da ambivalência que constituem as identidades e as relações interculturais, voltando a atenção mais diretamente para a busca do entendimento dos contextos (inter) sociais que constituem os campos identitários, subjetivos ou coletivos, nas relações e nos processos interculturais (FLEURI, 2005).

Cabe salientar que a profissão de intérprete de língua de sinais brasileira vem ganhando espaço nos mais variados âmbitos institucionais tanto público quanto privado, bem como reconhecimento da sua importância pelos representantes governamentais em nível municipal, estadual e federal. Pode-se dizer que esta valorização e reconhecimento muito têm a ver com a luta dos surdos pelo direito a acessibilidade de informações e comunicação satisfatória com os ouvintes. Luta incentivada também pelos Estudos Surdos que defendem a cultura, a língua e a identidade surda.

Mas quem é o intérprete de língua de sinais, afinal? Segundo Quadros (2003:27-28):

É o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete. No Brasil, o intérprete deve dominar a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa. [...] Além do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, o profissional precisa ter qualificação específica para atuar como tal. Isso significa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação. O profissional intérprete também deve ter formação específica na área de sua atuação.

Apesar de reconhecida a relevância deste profissional e de sua atuação nos diversos espaços de relação intercultural entre surdos e ouvintes, percebe-se em nossa realidade brasileira ainda uma certa resistência por parte da sociedade devido o pouco esclarecimento quanto a função do intérprete. Muitas pessoas acreditam que o intérprete não necessita de formação, estudo, qualificação e aprimoramento constante. Pensam que este profissional precisa “somente” conhecer, dominar e utilizar a língua de sinais para transmitir as mensagens de um discurso, um diálogo ou uma conversa. No entanto, cabe esclarecer aqui que esta profissão já existe em nível superior,



possui um código de ética a ser cumprido e que deve ser de reconhecimento de todas as pessoas que exerçam esta função. O intérprete, também deve procurar manter contato constante com a comunidade surda a fim de aprimorar sua prática e evoluir no domínio da língua de sinais. Outro fator, não menos importante, é a interação e troca de experiências que deve acontecer entre os grupos de intérpretes. Também é fundamental que este profissional realize estudos e pesquisas com o objetivo de conhecer melhor a língua e a cultura do povo surdo.

Embora esta profissão não seja tão recente como muitos imaginam, sua área de atuação é pouco divulgada. A atuação do intérprete de libras/português é ampla e diversificada, podendo atuar em escolas, universidades, hospitais, bancos, fórum, empresas, cursos, congressos, palestras, enfim em qualquer órgão ou situação em que se fizer presente uma pessoa surda. Em todas estas situações o intérprete necessita cumprir com o seu compromisso e responsabilidade de interpretação procurando manter, da melhor forma possível, a “fidelidade”, “neutralidade” e “imparcialidade” nas informações que devem ser repassadas. Para Perlin (2005) a fidelidade da tradução acontece à medida que se tem a compreensão do outro, acontece a partir da compreensão cultural.

Cabe ressaltar a afirmação de Perlin (2005:03):

Quanto mais se reflete sobre a presença do intérprete, mais se compreende a complexidade de seu papel, as dimensões e a profundidade de sua atuação. Mais se percebe que os intérpretes de língua de sinais são também intérpretes da cultura, da língua, da história, dos movimentos, das políticas, da identidade e da subjetividade, e apresentam suas particularidades, sua identidade, sua orbitalidade.

As reflexões realizadas neste texto não são recentes, são anseios e conflitos que emergem de um pensamento crítico que não descansa. As experiências vividas através dos trabalhos realizados como intérprete de Língua Brasileira de Sinais foram fundamentais para uma melhor compreensão do “Outro”, do ser surdo. Estas experiências também são responsáveis pelas diversas identidades construídas pelos intérpretes. Identidades múltiplas e flutuantes, que deslizam entre zonas fronteiriças, que se encontram constantemente em desenvolvimento, construção e desconstrução.

Hall (2003) afirma que os intérpretes terão de reconhecer que sempre irão trabalhar numa área de deslocamento, se a cultura conquistar suas almas. E os intérpretes de língua de sinais vivem nesse espaço de deslocamento que a cultura proporciona. Eles vivenciam na interpretação a constituição linguística a que se expõem, ou seja, língua de sinais e Língua Portuguesa movimentam as identidades e práticas desses profissionais.

Procuraremos elencar alguns fatores a respeito da importância do intérprete de língua de sinais e suas identidades lembrando que cada cultura defende sua língua como uma “bandeira política”, sendo esta a marca de seu povo, o que simboliza e representa sua identidade. Assim, a comunidade surda também luta pelo respeito a sua língua, a língua de sinais e, paralelamente a isto,



luta pela necessidade do trabalho do intérprete, a fim de manter melhor comunicação com a sociedade ouvinte. São duas lutas que parecem intermináveis. Embora a Língua de Sinais Brasileira esteja oficializada na lei 10.436, de 24 de abril de 2002³, seu verdadeiro status linguístico e sua aceitação por parte da sociedade em geral parece estar acontecendo a passos lentos, o que vem sendo um entrave para a valorização e reconhecimento da profissão de intérprete/tradutor de língua de sinais.

Sabe-se que os intérpretes de língua de sinais transitam e estão inseridos em múltiplas identidades, pois atuam como mediadores linguísticos e culturais entre duas culturas diferentes. Portanto, os aspectos culturais, as representações sociais e as diversas identidades existentes entre homens e mulheres são fatores que podem repercutir no ato da interpretação, com isto precisam ser considerados quando nos referimos a essa profissão. O intérprete de língua de sinais aprende a interagir em espaços que precisam ser negociados descobrindo outras identidades dentro da sua atuação profissional. É comum a necessidade de manifestação de uma nova identidade. Este fato é natural, assim como a construção da identidade de qualquer sujeito e de qualquer profissional. Não há como negar que o TILS (tradutor/intérprete de língua de sinais) apresenta uma cultura híbrida que reflete na sua identidade, sendo esta multifacetada, construída e desconstruída constantemente (SANTOS, 2006).

O meio em que o TILS transita é um ambiente repleto de diferenças culturais, identidades, normas, relações de poder, ou seja, um ambiente onde as relações sociais entre surdos e ouvintes, homens e mulheres, ocorrem frequentemente e o TILS é o mediador destas relações comunicativas. Assim, a constituição da identidade e da atuação profissional do intérprete se dá no contato direto e contínuo com os surdos e sua cultura, no convívio com o ambiente comunicativo, no fato de ser ou não mulher. Todos estes elementos são fatores decisivos na construção das identidades dos TILS.

De acordo com Santos (2006: 26):

As mudanças sociais, institucionais, culturais impulsionam os sujeitos a duvidar e ter incertezas sobre suas identidades, isto é, elas deixam de ser estáveis e passam a se deslocar, fragmentam-se e tornam possível ao sujeito identificar-se com múltiplas identidades. Essa escolha pode ser temporária, pois vai depender do espaço social e cultural em que o sujeito encontra-se. As identidades são produzidas dentro das culturas, motivo este que justifica o porquê das mesmas serem culturais. No caso dos intérpretes de Língua de Sinais, a transição entre duas culturas (espaços surdos e espaços ouvintes) multifacetadas, os fazem flutuar entre esses meios, tornando-o uma produção cultural e criando novas significações a partir destas relações desencadeadas.

³ Brasil, Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.



O intérprete constitui-se de uma identidade miscigenada que tem origem no contato cultural com o surdo. Ele desliza entre as duas culturas e está sempre de passagem, não mora, hospeda-se (NICOLOSO, 2008).

De acordo com Campos (1986:27-28):

Não se traduz, afinal, de uma língua para outra, e sim de uma cultura para outra; a tradução requer, assim, do tradutor qualificado, um repositório de conhecimentos gerais, de cultura geral, que cada profissional irá aos poucos ampliando e aperfeiçoando de acordo com os interesses do setor a que se destine seu trabalho.

Pode-se perceber que a fusão entre comunidade surda e intérprete de língua de sinais é algo inevitável, ou melhor, a interculturalidade existe de maneira indiscutível. Assim sendo, a realidade do TILS passa a ser alvo de interesse para os Estudos Culturais, para os Estudos Surdos e, fundamentalmente, para os Estudos da Tradução, pois este profissional encontra-se em fluxo permanente nas zonas fronteiriças, levando em consideração a cultura surda e a cultura ouvinte. Porém, um outro fator de relevância que constitui a identidade do (a) intérprete de língua de sinais, é a questão do gênero ao qual o (a) intérprete se identifica, bem como sua relação ou influência no ato interpretativo. A pesquisadora feminista Caldas-Coulthard (2000:281) afirma que:

O maior avanço da pesquisa feminista do momento estende-se a questão da construção da identidade e das representações e feminilidade e de masculinidade. Gênero é somente um aspecto de nossas múltiplas identidades e qualquer pesquisa linguística tem que averiguar como a interação ou representação é realizada – quais os papéis sociais que estão sendo articulados, em que práticas discursivas, ou ainda, como as práticas sociais produzem identidades. A categoria de gênero não pode ser dissociada ou analisada independentemente de todas essas outras possibilidades.

Assim, é relevante repensar os conceitos sobre linguagem de homens e linguagem de mulheres. Em vez de fazer referência a estilos produzidos por pessoas como marca de suas identidades como homens e mulheres, Coates e Cameron (1988) sugerem que os próprios estilos podem ser produzidos como femininos ou masculinos e que as pessoas encaixam-se a esses estilos no processo de se produzirem como sujeitos. O uso da linguagem é, portanto, um ato de identidade. Ou seja, os indivíduos fazem uso da linguagem para marcar não só seu gênero, mas sua classe social, sua raça, sua cultura, sua religião entre outros (NICOLOSO, 2010). Contudo, nos últimos anos, existe uma crescente preocupação em pesquisar questões que envolvem o fato de “fazer-se” gênero por meio da linguagem influenciando na mudança de foco das pesquisas em linguagem e gênero para o tema da diversidade. Questiona-se sobre o fato de existir o binômio entre o estilo feminino e o estilo masculino de falar, de se expressar e aqui nesse texto, mais especificamente, de interpretar/traduzir.

Para tentar responder tal questionamento, examinamos traços de identidades masculinas e femininas situados no uso da linguagem com o propósito de oferecer subsídios sobre a produção e



reprodução de identidades sociais e marcas de gênero através de reflexões teóricas e análise empírica. Utilizamos o conceito de gênero como uma categoria analítica buscando teorizar sobre tradução/interpretação e marcas de gênero na Língua de Sinais Brasileira. Um traço observado foi o de haver diferenças atenuantes e consideráveis nas escolhas tradutórias utilizadas pelos TILS homens e TILS mulheres na estruturação do discurso organizado por esses sujeitos envolvidos no ato de interpretar. Essas diferenças entre as escolhas tradutórias feitas pelos intérpretes homens e mulheres podem ser associadas ao que Cameron (1995) apud Heberle (2000) nos explica quando diz que para se tornar homem ou mulher é necessário que cada indivíduo negocie e acomode estilos que definem masculinidade e feminilidade em uma determinada comunidade em certo momento histórico. Visto que homens e mulheres tendem a optar por diferentes formas linguísticas é importante levar em conta que eles assumem papéis e comportamentos diferentes na sociedade e têm estilos conversacionais deferentes (NICOLOSO, 2010).

Enfim, é interessante perceber que, hoje em dia, as dicotomias entre homens e mulheres no uso da linguagem, especialmente na tradução e interpretação, podem ser entendidas como diferentes estratégias discursivas que seres humanos têm a escolher em suas interações verbais para se identificar enquanto tal. É pertinente, então, considerar as discussões, as críticas e as reflexões realizadas até o momento, pois se pode perceber a importância de se valorizar a TILS mulher na sua atuação, essência, diferença, particularidade e identidade. Identidade que se constrói e se reconstrói dentro de um processo histórico marcado por lutas, discriminação e preconceitos. Observa-se que o espaço de diferença cultural é uma peça fundamental nesse jogo de poder, sendo imprescindível às TILS uma retomada de suas forças, o resgate ou a criação de uma política que valorize sua cultura, identidade, profissão e formação.

Bibliografia

CALDAS-COULTHARD, C. R. Linguagem e Estudos de Gênero. In: FORTKAMP, M. B.M.; TOMITCH, L. M. B. (Org) *Aspectos da Linguística Aplicada: Estudos em homenagem ao Professor Hilário Inácio Bohn*. Florianópolis: Insular, 2000.

CAMPOS, G. *O que é tradução*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COATES, J.; CAMERON, D. (Org.). *Women in their speech communities: New perspectives on language and sex*. Londres: Longman, 1988.

FLEURI, R. M (org). *Educação Intercultural: mediações necessárias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, S. *Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.



HEBERLE, M. V. Análise Crítica do Discurso e Estudos de Gênero (gender): Subsídios para a Leitura e Interpretação de Textos. In: FORTKAMP, M. B.M.; TOMITCH, L. M. B. (Org) *Aspectos da Linguística Aplicada: Estudos em homenagem ao Professor Hilário Inácio Bohn*. Florianópolis: Insular, 2000.

NICOLOSO, S. *O intérprete de língua de sinais no ensino superior: vivências de tradução*. Monografia de Especialização. Centro Federal de Educação Tecnológica. São José: CEFET, 2008.

_____. *Uma investigação sobre marcas de gênero na interpretação da Língua de Sinais Brasileira*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis: UFSC, 2010.

PERLIN, G. *A cultura surda e os ILS*. Florianópolis: EDUFSC, 2005.

QUADROS, R. *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. Secretaria de Educação Especial: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2003.

SANTOS, S. A. *Intérpretes de língua brasileira de sinais: um estudo sobre as identidades*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2006.

SILVA, G. F. Multiculturalismo e educação intercultural: vertentes históricas e repercussões atuais na educação. In: FLEURI, R. M (org). *Educação Intercultural: mediações necessárias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. (p. 17-52).